



Sindicato dos Serv. Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais
de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Mato Grosso

NOTA ALERTA

Decreto nº 470/2020 (05/05/2020) Um Governo na contramão da prevenção

O governo do Estado de Mato Grosso publicou na última terça-feira (05), Decreto que determina o retorno gradativo a jornada de trabalho nos órgãos públicos a partir da próxima segunda-feira (11). Nele estabelece entre outros, “normas” preventivas a serem seguidas pelos servidores no local de trabalho, nesse período em que estamos vivendo a pandemia do COVID-19. Normas, aliás, que mesmo com o isolamento social sendo aplicado, não vem sendo executadas em sua totalidade pelo próprio governo (Disponibilizar máscaras; álcool gel, entre outros).

Quem trabalha no serviço público e quem necessita de seus préstimos e serviços, sabe bem que as Unidades/Órgãos em sua maioria estão sucateadas. Prédios e equipamentos sem a manutenção adequada, sem limpeza, sem ventilação, insalubres e em muitos casos onde falta água até mesmo para beber e insumos básicos como papel higiênico. Além de não haver espaço físico suficiente para que se mantenha o distanciamento de 1,5 metro recomendados para que não ocorra aglomeração de servidores no ambiente de trabalho.

Isso tudo, é resultado de gestões e gestões que nunca priorizam investimentos para que o serviço público seja prestado com eficiência e qualidade. A precarização forçada é a justificativa para a terceirização e conseqüentemente o aumento da corrupção, do superfaturamento e da formação dos grupos e “cartéis” de poder que ao longo dos anos vem saqueando os cofres públicos.

No caso do Decreto em si, o que mais assusta é perceber que além de não valorizar o servidor e o serviço público enquanto trabalhador e atividade essencial para o Estado. O governo parece também **NÃO DAR A MÍNIMA PARA A VIDA E SAÚDE DE SEUS COLABORADORES**, prefere os rifar a própria sorte.

O Governo do Estado de Mato Grosso **ESTÁ INDO NA CONTRAMÃO** das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, JUSTAMENTE no momento em que o país se tornou o novo EPICENTRO MUNDIAL da pandemia COVID-19. Com o número crescente de casos, é oportuno questionar se o governo está fazendo a testagem como orienta a OMS ou ainda se fará nos

servidores públicos antes da volta ao seu local de trabalho? Como saber se o servidor público é assintomático ou não? Não estaria o governo entrando em uma "roleta russa"?

Outros Estados já adotaram medidas mais duras. No Maranhão, Pará, Ceará e Bahia foram implantados o *lockdown* (termo em inglês para confinamento e que está sendo adotado para realizar o bloqueio total de todas as atividades realizadas, como fechamento do comércio, proibição de circulação de pessoas e automóveis, bloqueios de ruas, avenidas, BRs entre outras ações). Essas medidas buscam combater a disseminação do Coronavírus que nesses estados, já colapsaram a rede de saúde pública e privada e também o sistema funerário, devido ao grande número de infectados e mortos pelo COVID-19.

Segundo dados apresentados nos veículos midiáticos nesta quinta-feira (07), o país possuía 136.519 casos do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e já havia atingido o triste número de 9.265 pessoas mortas.

Mesmo com a Secretaria Estadual de Saúde (SES/MT), apresentando dados diários que demonstram que os casos de contaminação e mortes estão aumentando em Mato Grosso, o governo JUSTIFICA seus atos com a afirmação de que, os leitos hospitalares preparados para pacientes contaminados ainda não alcançaram o índice de 60% de ocupação.

Essa justificativa nos provoca o seguinte questionamento: O governo quer que mais pessoas (começando pelos servidores, por consequência seus familiares e contribuintes) se contaminem para que o índice aumente e só depois que as vagas nos hospitais estiverem ocupadas é que se adotará medidas de prevenção e isolamento novamente?

Em outras palavras, é preciso permitir primeiro que seres humanos fiquem doentes e até venham a óbito, para que só após a gestão pública estadual tenha argumentos e números que justifiquem adotar novamente medidas preventivas.

A VIDA ESTÁ EM SEGUNDO PLANO PARA O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO?

Nos parece óbvio (e aos cientistas, médicos e instituições como a OMS) que as medidas de isolamento e distanciamento social adotadas até então, são ações que estão possibilitando a países reverterem e controlarem o avanço da epidemia. E ao Estado de Mato Grosso, não estar entre os primeiros colocados no triste ranking de contaminação no Brasil. Então, por que não manter?

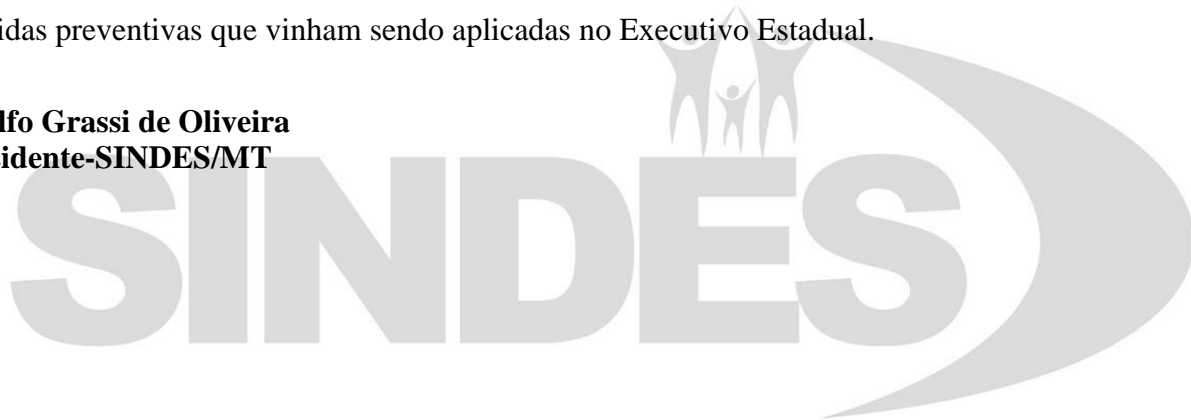


Sindicato dos Serv. Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais
de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Mato Grosso

Alertamos e pedimos aos órgãos fiscalizadores (Assembleia Legislativa; Ministério Público; Defensoria Pública; Ministério do Trabalho; Tribunal de Contas; Imprensa) que acompanhem, fiscalizem e se atentem para que as medidas escritas no papel em forma de decreto pelo governo, aconteçam na prática.

Nós, o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Carreira de Profissionais do Desenvolvimento Econômico Social de Mato Grosso/SINDES-MT, estaremos acompanhando, fiscalizando, denunciando e cobrando que as medidas de prevenção e isolamento social sejam efetivamente aplicadas. Esperamos que neste momento tão delicado, o governo do estado de Mato Grosso tenha sensibilidade para perceber o grande equívoco que poderá estar cometendo, reveja a necessidade e sua decisão, e mantenha o isolamento e medidas preventivas que vinham sendo aplicadas no Executivo Estadual.

Adolfo Grassi de Oliveira
Presidente-SINDES/MT



Sindicato dos Serv. Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais
de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Mato Grosso